

OPINIÃO

O que o caso do Banco Master revela sobre o sistema financeiro

JOSÉ MARIA FRANCO DE GODOI NETO

O funcionamento do sistema financeiro depende de um ativo invisível, mas essencial: a confiança. Sem ela, não há crédito e, sem crédito, a economia perde dinamismo. Episódios recentes envolvendo o Banco Master trouxeram à tona discussões importantes sobre os limites da expansão do crédito, a gestão de riscos e o papel das instituições financeiras em um ambiente cada vez mais complexo.

O crescimento acelerado de operações estruturadas e de produtos financeiros mais sofisticados, muitas vezes voltados a nichos específicos, tem ampliado o acesso ao crédito no Brasil. Isso é positivo sob a ótica da inclusão financeira e do fomento à atividade econômica. No entanto, também impõe um desafio adicional: garantir que esse crescimento seja sustentado por funda-

mentos sólidos de governança, transparência e avaliação de risco.

O caso recente evidencia justamente essa tensão. De um lado, há a busca por rentabilidade em um mercado altamente competitivo, pressionado por margens mais estreitas e pela inovação constante. De outro, a necessidade de preservar a solidez do sistema, evitando excessos que possam gerar distorções ou, no limite, crises de confiança.

É nesse ponto que a estrutura jurídica das operações de crédito ganha protagonismo. Contratos bem elaborados, garantias adequadas e mecanismos eficazes de recuperação são elementos que deixam de ser meramente técnicos e passam a ser estratégicos. Em um cenário de maior sofisticação financeira, o direito não apenas acompanha o mercado — ele se torna peça central na sua sustentação.

Outro aspecto relevante é a percepção de risco por parte dos investidores e do próprio mercado. Casos como esse tendem a provocar uma reavaliação generalizada, ainda que pontual, elevando o nível de exigência em relação à transparência das instituições. Isso pode resultar, no curto prazo, em maior seletividade na concessão de crédito e em custos mais elevados para determinadas operações.

Por outro lado, há um efeito positivo de médio e longo prazo: o fortalecimento das boas práticas. Momentos de tensão costumam funcionar como catalisadores para aprimoramentos regulatórios e institucionais, além de reforçarem a importância de uma atuação preventiva — tanto por parte das instituições financeiras quanto das empresas que recorrem ao crédito.

Para os tomadores, a lição é clara: não basta buscar aces-

so a recursos financeiros; é fundamental compreender a estrutura das operações, seus riscos e implicações jurídicas. Já para as instituições, o desafio está em equilibrar inovação e prudência, crescimento e segurança.

O sistema financeiro brasileiro é historicamente resiliente, mas não está imune a episódios que testam seus limites. O importante é que essas situações sirvam como aprendizado coletivo. Afinal, em um ambiente onde o crédito é motor da economia, preservar a confiança não é apenas desejável — é indispensável.

ADVOGADO, MESTRE EM DIREITO PELA USP E EM GESTÃO DE RISCO PELA FEA/USP, COM ESPECIALIZAÇÃO EM FINANÇAS PELA FGV/SP. SÓCIO DO FRANCO DE GODOI ADVOGADOS E MEMBRO FUNDADOR DA STRUCTURA INVESTMENTS



JOSÉ MARIA FRANCO DE GODOI NETO / ARQUIVO PESSOAL/JC

Para os tomadores, a lição é clara: não basta buscar acesso a recursos financeiros; é fundamental compreender a estrutura das operações, riscos e implicações jurídicas



Juntos para incluir, transformar e fortalecer.

REPRESENTATIVIDADE E COMPROMISSO NA NOVA COMPOSIÇÃO DO CRCRS

Na noite de 26 de março, o CRCRS realizou, em Porto Alegre, a solenidade de posse do Conselho Diretor para o biênio 2026-2027. A contadora Patrícia Arruda assume a presidência da entidade, tornando-se a segunda mulher a ocupar o cargo em quase 79 anos de história.



Também tomaram posse os 37 conselheiros que compõem dois terços do Plenário para a gestão 2026-2029. O evento reuniu lideranças do Sistema CFC/CRCs, autoridades e representantes de entidades.



Ainda no dia 26, tomaram posse os novos Representantes CRCRS. A nova composição reúne profissionais de todas as regiões do Estado, que passam a atuar na representação da classe contábil, contribuindo para o fortalecimento institucional e para a aproximação do Conselho com os profissionais e a sociedade.

